

# Criação da Petrobras rachou Senado em 1953

Senadores se dividiram entre “ultranacionalistas”, a favor do monopólio estatal, e “entreguistas”, que defendiam iniciativa privada

Ricardo Westin

NESTE MOMENTO, A Petrobras é alvo de duas comissões parlamentares de inquérito (CPIs) no Congresso Nacional, que investigam a aquisição de uma refinaria nos EUA. Esta, porém, não é a primeira vez que a estatal petrolífera inflama os ânimos dos parlamentares. Em 1953, o Senado já havia vivido dias incendiários por causa da empresa. Foi o ano em que os senadores estudaram e votaram o projeto de lei que criaria a Petrobras, redigido pelo presidente Getúlio Vargas no final de 1951.

O Senado rachou entre dois grupos antagonistas: os “ultranacionalistas” contra os “entreguistas” — alcunhas dadas, naturalmente, pelos adversários. Um lado abrigou os senadores que defendiam o petróleo e toda a cadeia industrial como monopólio estatal. Do outro lado, ficaram os que advogavam a participação da iniciativa privada, incluindo empresas estrangeiras, na exploração do óleo.

Kerginaldo Cavalcanti (PSP-RN) integrou o primeiro grupo. Num discurso, ele descreveu as multinacionais do petróleo como perigosas:

— O Brasil precisa ficar abroquelado [protegido] contra os assaltos sorrateiros do capitalismo internacional, da Standard Oil e de outros trustes exploradores, contra a possibilidade de perdermos os frutos daquilo que Deus colocou no seu subsolo para cintilar mais brilhantemente sob as estrelas do Cruzeiro do Sul.

No fronte oposto, o senador



Arquivo/Presidência da República

O presidente Getúlio Vargas sanciona, em 1953, a lei que cria a Petrobras: após embates no Congresso, petróleo se torna monopólio estatal

Ezechias da Rocha (PR-AL) reagiu:

— A tese estatal-monopolística levanta muralhas chinesas ao progresso do país e fecha a sete chaves as portas do subsolo à iniciativa particular, quando urge abri-las ao capital privado não só nacional, também estrangeiro. Capital esse que poderia constituir ajuda das mais importantes na grande batalha do petróleo e na campanha da recuperação econômico-financeira do país.

Datilografados ou manuscritos, os discursos, as emendas ao projeto e os pareceres das comissões repousam no Arquivo do Senado, em Brasília. São centenas de papéis escritos 61 anos atrás — a capital era o Rio — que documentam a batalha do petróleo.

Até então, o Brasil não tinha uma política para o petróleo. Ela precisava ser decidida com urgência porque o país dependia das importações, danosas à balança comercial, para atender à crescente demanda por derivados do petróleo — combustível de carro e avião e insumo de indústrias como

a química e a da construção civil. Na mensagem que anexou ao projeto, Vargas escreveu que o petróleo produzido no país só atendia a 2,5% da necessidade nacional.

O projeto não previa o monopólio. Criava a Petrobras e admitia que a estatal se associasse a empresas privadas. Explica o consultor legislativo do Senado Luiz Alberto Bustamante, especialista em mineração e energia:

— Vargas não propôs o monopólio estatal porque sabia que o governo, sozinho, não conseguiria produzir o petróleo necessário. O Estado não tinha conhecimento técnico nem recursos financeiros para isso.

Na primeira passagem pela Câmara, os deputados modificaram a proposta e incluíram o monopólio estatal. Foi esse o texto sobre o qual os senadores se debruçaram em 1953.

O senador Assis Chateaubriand (PSD-PB), defensor da parceria com as multinacionais, chamou de “jacobinos” os partidários da nacionalização:

— Se é preciso converter o Brasil

num produtor e exportador do óleo em bruto e produtos acabados, o caminho mais rápido e produtivo é o da iniciativa privada. Os Estados Unidos, o Canadá, o Reino Unido e a Venezuela dão à palavra nacionalismo o sentido de construção da grandeza nacional, em vez do jacobonismo, cuja tradução se cristaliza no ódio e no medo da cooperação com as nações mais adiantadas. Enquanto o venezuelano enriquece extraindo e industrializando o petróleo, nós nos empobrecemos discutindo, como bizantinos, quem deverá perfurar poços e construir refinarias.

Landulpho Alves (PTB-BA) — que depois viraria nome de refinaria de petróleo — repeliu o argumento:

— As empresas estrangeiras, representantes do monopólio internacional do petróleo, não devem contribuir, seja com pouco dinheiro, seja com muito, porque são perigosas para o interesse nacional.

No Senado, o lado antimonopólio venceu. Os senadores aprovaram um texto favorável à iniciativa privada. No entanto, o projeto voltou para a Câmara e as emendas do Senado foram sumariamente eliminadas. A palavra final foi dada pelos deputados. Em 3 de outubro de 1953, Vargas acabou sancionando a criação da Petrobras como detentora do monopólio, bem diferente do plano original.

O pesquisador Celso Carvalho Junior, especialista na história do petróleo brasileiro, diz que os “trustes” eram assustadores naquele momento:

— Os métodos de John Rockefeller, fundador da Standard Oil, para eliminar a concorrência eram bastante criticados. As empresas do petróleo eram acusadas de não respeitar a soberania dos países em que atuavam, de corromper governantes para obter privilégios. Foi em meados do século passado que o petróleo foi nacionalizado no México [1938] e no Irã [1951].

Senado Federal



## “Vamos transformar cada posto de gasolina em repartição pública”, criticou senador

Uma das emendas apresentadas no Senado ao projeto da Petrobras previa que todos os postos de gasolina do Brasil seriam do governo. A corrente majoritária no Senado, porém, era contrária ao monopólio estatal. Assim, a sugestão foi derrubada. O senador Alencastro Guimarães (PTB-DF), relator do projeto, argumentou seu voto contrário:

— Da forma como está redigida, nós vamos transformar cada posto

de gasolina em repartição pública.

Othon Mader (UDN-PR), tio-avô da atriz Malu Mader, foi um senador atuante na defesa do capital privado. Para ele, a burocracia estatal emperaria a exploração do “ouro negro”:

— A ação governamental esbarra com empecilhos que retardam por dias, meses e anos a exploração. Não há de ser com empreendimento estatal que exploraremos tão cedo o petróleo.

Senado Federal

Se inconstitucional é a criação de um monopólio em favor da União para o aproveitamento das riquezas minerais, em face do Art. 153 da lei magna, mais inconstitucional será a transferencia desse monopólio da União para uma sociedade de caráter privado, como é a “PETROBRÁS”.  
Detentora do monopólio do petróleo, essa sociedade dominaria os mercados nacionais, eliminaria a concorrência e poderia aumentar arbitrariamente os lucros.

Emenda de 1953 do senador Othon Mader (na foto acima) propõe que se retire do projeto o monopólio estatal: sugestão derrubada

Ouça a entrevista em que o historiador Celso Carvalho Junior explica o contexto em que a Petrobras foi criada: <http://bit.ly/CelsoCarvalho>